



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARÕES SÃO ROMÃO

ATA DA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARÕES S. ROMÃO

ATA Nº 11/2023

Ao décimo nono dia do mês de dezembro de 2023 reuniu, pelas 21h00, no Auditório da Junta de Freguesia, em sessão ordinária convocada pelo seu Presidente, João Manuel Fraga Novais, a Assembleia de Freguesia de Arões São Romão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----Ponto 1.1 – apreciação e votação da última ata da assembleia de freguesia.-----

2. ORDEM DO DIA:-----

----Ponto 2.1 – apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade realizada e situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----Ponto 2.2 – apreciação, discussão e votação das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024, nos termos da alínea a) nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

----Ponto 2.3 – apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano 2024, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----Ponto 2.4 – apreciação, discussão e votação do novo Projeto de Regulamento e tabelas de taxas, tarifas e Receitas Análogas da Freguesia de Arões São Romão;-----

----Ponto 2.5 – apreciação, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea d) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e do



artigo 1º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação;-----

-----Ponto 2.6 – Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no período de 01/01/2023 a 30/11/2023, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia de Freguesia em 12/12/2022, nos termos previstos na “ LCPA – Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso”.-----

3. PÓS ORDEM DO DIA:-----

-----Ponto 3.1 – espaço de intervenção aberto ao público.-----

-----Presidiu à reunião o Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, João Novais, coadjuvado por Gabriela Salgado, Primeira Secretária e Leandro Oliveira, Segundo Secretário.-----

Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos atrás mencionados, os seguintes Membros:-----

-----Do Partido Socialista (PS): Susana Fraga e Samuel Costa.-----

-----Do Partido Social Democrata (PSD): Natália Leite, Susana Peixoto, Rui Costa e Vitor Fernandes. -----

-----A Junta de Freguesia esteve representada nesta sessão por Joel Fernandes, Andreia Miranda e Carlos Manuel Correia, Presidente, Secretária e Tesoureiro respetivamente.

-----Às 21 horas e 15 minutos, constatada a existência de Quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

-----Entrando no primeiro ponto da ordem de trabalhos – *ponto 1.1- período de antes da ordem do dia* - apreciação e votação da última ata da assembleia de freguesia, o Presidente da Assembleia deu a palavra aos Deputados presentes para que se pronunciassem sobre o conteúdo da mesma.-----

-----Nenhum dos Deputados presentes manifestou vontade de usar da palavra, pelo que foi a ata da última sessão colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade, ficando, ainda, registado que os Deputados da Bancada do PSD, Vitor



Fernandes e Susana Peixoto não participaram na votação por não terem estado presentes na sessão a que a ata se reporta. -----

-----Ainda dentro deste período, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia dada a palavra aos Deputados para, querendo, pronunciarem-se sobre questões que considerem pertinentes e pretendam ver esclarecidas, tendo os Deputados do PSD Vitor Fernandes, Susana Peixoto e Natália Leite manifestado vontade de usar da palavra e, no uso da mesma, colocado as suas questões. -----

-----Iniciou a intervenção o Deputado do PSD Vitor Fernandes que, no uso da mesma, colocou várias questões: a primeira, relacionada com a necessidade de iluminação das passadeiras, que considera urgente, dando como exemplo a tragédia ocorrida com o acidente verificado junto à igreja. De seguida, referiu a situação da iluminação da Rua do Paúl que, diz, tem iluminação mas cujas lâmpadas estão fundidas. Continuou, mencionando a situação do passeio junto ao doceiro, na Portela, que tem que ser arranjado, uma vez que quem fez a obra junto ao mesmo deixou tudo alagado e não se pode, nas suas palavras, esperar que seja o proprietário a arranjar o passeio.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção, solicitando esclarecimentos relativamente ao sucedido na Rua de Pinhoi, cujas tampas foram levantadas e, de seguida, novamente, colocadas no sítio, bem como sobre o aluimento da estrada na Travessa dos Ferreiros que não permite a entrada nem saída de viaturas. Referiu, por fim, a necessidade urgente de ser feito um passeio junto ao stand localizado em frente à Igreja até à ponte que vem da Casa do Gandião.-----

-----Terminada a intervenção do Deputado do PSD, Vitor Fernandes, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia dada a palavra à Deputada do PSD Susana Peixoto que, no uso da mesma, questionou o Presidente da Junta de Freguesia sobre a colocação do poste de iluminação que foi solicitado para a Travessa de Pinhoi mas que ainda não foi colocado.-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, Joel Fernandes, para responder às questões colocadas pelos Deputados da Bancada do PSD. Iniciou a sua intervenção dizendo que em relação à iluminação das passadeiras na Estrada Nacional 206, a Junta de Freguesia solicitou já por várias vezes um reforço da



sinalização vertical ou horizontal das mesmas ao IP – Instituto Estradas de Portugal, como o provam os vários ofícios enviados a esta entidade. Contudo, uma vez que as estradas nacionais estão sob tutela deste organismo, nem a Junta de Freguesia nem a Câmara Municipal têm competência, autorização ou legitimidade para intervir nas mesmas, sem prejuízo de, por uma questão de consciência, ter a Junta de Freguesia efetuado vários alertas quer à Câmara Municipal quer ao IP sobre este assunto. Prosseguiu Joel Fernandes, referindo que após a ocorrência do acidente mortal de que falou Vitor Fernandes, voltou a Junta de Freguesia a alertar os supracitados organismos para a situação em causa dando mais este exemplo, bem como solicitou junto do Município uma avaliação das condições de segurança da estrada para que seja possível pressionar o IP e junto do IP a adoção de medidas corretivas em termos de segurança, sinalização e iluminação. -----

-----Mais informou o Presidente da Junta que a este último ofício enviado não foi dada qualquer resposta, e que é sua convicção que o IP muito dificilmente efetuará qualquer intervenção na estrada porque, diz, o que o IP pretende é transferir a tutela da mesma para o Município.-----

-----Informou, também, que foram pedidas 2 passadeiras, uma para a Avenida dos Ferreiros e outra para a Avenida de Bouçó, junto ao café Pérola Central, e que a resposta obtida foi a de que ambos os locais não ofereciam condições de segurança e que, portanto, nem colocavam nem autorizavam a colocação das mesmas sendo que um dos argumentos dados para a rejeição foi a inexistência de passeios dos dois lados da estrada. Disse, também, Joel Fernandes, que a Junta de Freguesia não vai desistir, tendo mesmo efetuado um reforço do pedido do último ofício enviado e que é seu entendimento que as medidas de segurança podem ser reforçadas como, por exemplo, através da colocação de sinalização luminosa intermitente, de candeeiros junto às passadeiras, entre outros.-----

-----Neste seguimento, questionou o Deputado do PSD, Vitor Fernandes, sobre o que a Junta de Freguesia fará se a resposta do IP for negativa ao que o Presidente da Junta de Freguesia respondeu que a tutela da estrada é do IP, pelo que a responsabilidade pelo que acontece na mesma assim como pelas intervenções e decisões sobre a



mesma realizadas são deste organismo e não da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal.-----

-----Continuou a sua intervenção Joel Fernandes, desta feita para responder às questões colocadas sobre a iluminação da Rua do Paúl e Travessa de Pinhoi dizendo que foram já efetuados pedidos de iluminação para ambos os locais, pedidos que são analisados pelo Município e pela E-Redes e cuja resposta, normalmente, é positiva, pelo que será uma questão de aguardar e reforçar o pedido, caso se justifique.-----

-----Relativamente à questão colocada sobre o passeio junto ao doceiro, disse o Presidente da Junta que foi feita uma exposição ao Município à qual ainda não obteve resposta mas que uma vez que a obra foi licenciada pelo IP, a haver caução, é a IP a detentora da mesma, pelo que irá averiguar junto do Município a situação considerando que, eventualmente, a responsabilidade pelo arranjo do mesmo será da IP.-----

-----Passando, depois, para o esclarecimento sobre a situação verificada na Rua de Pinhoi referiu Joel Fernandes que a referida rua, face aos limites administrativos atualmente existentes, é metade de Arões São Romão e metade de Arões Santa Cristina e que, por casualidade, soube que andavam a efetuar intervenções na rua, tendo sido informado pelo empreiteiro da obra que a entidade responsável pela realização da intervenção era a Junta de Freguesia de Arões Santa Cristina, mais tendo sido informado que a obra consistia na colocação de tapete betuminoso.-----

-----Perante esta factualidade e uma vez que a intervenção estava a ser efetuada na parte pertencente a Arões São Romão sem que a Junta de Freguesia tivesse conhecimento da mesma, Joel Fernandes questionou o Presidente da Junta de Freguesia de Arões Santa Cristina sobre a obra em causa, ao que este respondeu afirmativamente no que à realização da obra diz respeito, lamentando não ter comunicado previamente à Junta de Freguesia de Arões São Romão este facto, mas dizendo também que tinha investir a verba do protocolo de investimentos e que, portanto, a obra iria ser realizada.-----

-----Face a esta afirmação, Joel Fernandes respondeu ao Presidente da Junta de Freguesia de Arões Santa Cristina dizendo que no que dependesse dele a obra não



continuará nos moldes previstos, pelo que, após reunião com o restante executivo da Junta a que pertence, decidiram efetuar um requerimento ao Município solicitando a suspensão da obra, primeiro por não ter tido prévio conhecimento do que lá ia ser feito e, depois, por se opor à realização da obra nos moldes em que a mesma ia ser realizada (colocação de tapete por cima de cubo). -----

-----Prosseguiu Joel Fernandes, informando que a situação tentou ser mediada pelo Presidente da Câmara e que a solução encontrada foi a seguinte: para que ninguém fosse prejudicado e para que não se vissem frustradas as expectativas da população, o Município de Fafe levanta o cubo e fica com o mesmo, contribuindo ainda com uma determinada verba (cuja quantia não foi estipulada) para a realização da obra em causa e o custo restante da mesma será suportado em partes iguais pelas Juntas de Freguesia de Arões São Romão e de Arões Santa Cristina. Questionado pela deputada Natália Leite sobre a data da realização dos trabalhos em causa, prosseguiu Joel Fernandes, informando que a obra em causa será realizada durante o próximo ano.-----

-----Passando para a resposta à questão colocada sobre a Travessa dos Ferreiros II, referiu o Presidente da Junta de Freguesia que a situação do aluimento se deve a uma linha de água lá existente e que foi entubada, situação que foi detetada pela Divisão de Gestão e Manutenção de Espaços Públicos do Município e que está, também, a ser analisada pelo serviço de licenciamento de obras deste organismo a fim de se aferir sobre eventuais responsabilidades na concessão do licenciamento e por forma a resolver-se a questão em definitivo, sendo certo que a responsabilidade pelo sucedido não é da Junta de Freguesia, que apenas pavimentou a via.-----

-----Por fim, no que toca à colocação de passeios na Estrada Nacional 206, informou Joel Fernandes que foram já efetuados pedidos de autorização ao IP e que a resposta foi a de que têm previsto um projeto de reabilitação da via mas cuja autorização tarda em chegar.-----

-----Entrando no segundo ponto da ordem de trabalhos – período da ordem do dia - *ponto 2.1 – apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade realizada e situação financeira da freguesia, nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro*, foi dada a



palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para explicação do documento que, por sua vez, passou a palavra à Secretária da Junta, Andreia Miranda, para leitura da mesma.-----

-----Terminada a leitura do documento, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia foi dada a palavra aos Deputados presentes para se pronunciarem sobre o documento em análise, tendo a Deputada do PSD, Natália Leite, manifestado vontade de usar da palavra, não sem antes o Presidente da Junta de Freguesia ter esclarecido que na informação escrita acabada de ler faltou incluir a atribuição dos prémios de mérito escolar aos alunos da freguesia.-----

-----De seguida, foi dada a palavra à Deputada do PSD, Natália Leite que, no uso da mesma, questionou Joel Fernandes sobre se o Parque de Lazer da Arrochela é o parque que inicialmente estava destinado a ser um Parque Infantil, ao que o Presidente da Junta respondeu que sim, que inicialmente o promotor quis fazer no local um Parque Infantil mas que dada a alteração das regras de construção de Parques Infantis, tal não foi possível. Prosseguiu Natália Leite, perguntando a Joel Fernandes sobre que tipo de Parque de lazer será, então, uma vez que, diz, existem já muitos Parques de Lazer na freguesia.-----

-----Respondeu o Presidente da Junta, afirmando que não temos assim tantos Parques de Lazer mas que no referido espaço foi executado um percurso pedonal com pavimento colorido, foram colocadas árvores, mesas e bancos em pedra e em madeira, os passeios foram também melhorados, foi colocado um bebedouro, faltando executar a sementeira. -----

-----Continuou a sua intervenção Joel Fernandes, dizendo que se trata de um espaço único que pode ser utilizado por quem dele quiser usufruir afirmando que, até então, nenhum outro espaço semelhante existia na freguesia, não obstante a existência do Parque Infantil da Igreja (como lembrou Natália Leite) mas que, segundo o Presidente da Junta, serve propósitos diferentes.-----

-----De seguida, questionou a Deputada do PSD Natália Leite sobre para quando está previsto o início da obra do Parque das Senras, ao que o Presidente da Junta respondeu que gostaria de dar início à mesma no começo do próximo ano mas que



existe um timing, sendo que neste momento o terreno ainda pertence ao promotor e que só após a resolução desta e doutras questões poderá ser lançado o concurso respetivo.-----

-----Mais questionou Natália Leite sobre o valor da venda do terreno localizado na Rua da Bouça e sobre quem foi o comprador do mesmo. Respondeu Joel Fernandes que o terreno foi colocado em hasta pública uma vez por 15.000,00€ (quinze mil euros), sem propostas, outra vez por 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros), sem propostas, e uma ultima por 5.000,00€ (cinco mil euros), valor este pelo qual foi vendido, sendo o comprador o Sr. Ricardo Oliveira.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção Natália Leite, desta feita para perguntar ao Presidente da Junta sobre quem financia a compra dos bens que compõem o cabaz de natal, cabaz este a cuja candidatura a Junta de Freguesia presta apoio na respetiva submissão através da plataforma online existente, tendo Joel Fernandes respondido que é a Câmara Municipal. De seguida, perguntou a Deputada do PSD sobre se a Junta de Freguesia de Arões nunca auxiliou os aronenses na compra de um cabaz de Natal ao que Joel Fernandes respondeu que não se trata de uma compra mas, antes, de uma candidatura mas que, de facto, esta Junta de Freguesia nunca auxiliou na compra do cabaz mas, sim, na distribuição do mesmo.-----

-----Passando ao *ponto 2.2. da ordem de trabalhos - apreciação, discussão e votação das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024, nos termos da alínea a) nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro* - foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para explicação do documento. -----

-----No uso da palavra, focou-se Joel Fernandes na explicação dos valores mais importantes do documento, começando por explicar que o orçamento para 2024 é de 355.659,00€ (trezentos e cinquenta e cinco mil seiscientos e cinquenta e nove euros) sendo que a maior fatia do mesmo provém do Município, uma vez que é a celebração destes protocolos com o Município que permite à Junta de Freguesia ter alguma autonomia e não ficar limitada financeiramente ao pagamento de despesa corrente.---

-----Terminada a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia dada a palavra aos Deputados presentes para se



pronunciarem sobre o documento em análise, tendo o Deputado do PSD, Rui Costa, manifestado vontade de usar da palavra. No uso da mesma, questionou o Deputado sobre a verba destinada ao protocolo de investimento afirmando que, de acordo com as regras, no biénio 2022-2023 terá que ser executado o orçamento relativo ao dobro da verba anual, pretendendo saber se, e tendo em conta a execução verificada a 30 de novembro 2023, tal verba foi totalmente executada ao que o Presidente da Junta de Freguesia respondeu afirmativamente, dizendo que a última fatia da verba referente aos 50% do valor anual em falta foi transferida na última semana, após validação por parte do Município de todas as faturas de despesa, pelo que está tudo executado.-----

-----Novamente no uso da palavra, disse Rui Costa que em relação ao contributo dado pela Bancada do PSD para o plano de atividades e, consequentemente, para o orçamento da Junta de Freguesia, repararam que a Junta de Freguesia manteve a proposta já apresentada no ano anterior relativa à oferta do brasão da Vila de Arões aos alunos do Ensino Superior, bem como de outras duas propostas da sua Bancada, mas entendem que deveria ser também incluída a proposta relativa à ocupação dos tempos livres ou de, pelo menos, de uma parte do tempo das férias escolares, o que não aconteceu. Prosseguiu Rui Costa, desta feita para dizer que é entendimento seu e da sua bancada que faltam no plano de atividades algumas medidas concretas relativas ao apoio às famílias face ao quadro de aumento do desemprego que se adivinha num futuro próximo, pelo que deveria ser inscrita no orçamento alguma dotação ou algum reforço que permitisse auxiliar as famílias em situação mais carenciada.-----

-----Terminada a intervenção do Deputado do PSD, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu a palavra a Joel Fernandes para responder às questões colocadas que, no uso da mesma, referiu que o executivo analisou atentamente as propostas apresentadas, as quais agradecem, mas dizendo que é também dever do executivo analisar e avaliar a exequibilidade de tais propostas assim como a competência da Junta de Freguesia para a implementação das mesmas, já que há propostas que são da competência do Município, dando como exemplo as propostas inscritas na ação social que, disse, são medidas que já existem. A isto acresce o facto das verbas que a Junta



de Freguesia recebe para investimento serem verbas que têm que ser gastas em despesas de capital sob pena de serem consideradas não elegíveis e que as verbas destinadas a ação social não são consideradas despesas de capital, pelo que se a Junta apresentasse tais despesas ao Município elas seriam consideradas não elegíveis e, em consequência, a verba referente às mesmas seria retida.-----

-----Mais disse o Presidente da Junta de Freguesia, que cabe à Junta de Freguesia saber aproveitar ao máximo o que a Câmara tem para oferecer e que, muitas vezes, o que falta é fazer a ponte entre o Município e a pessoa carenciada, solicitando, também que todos os que têm conhecimento de tais situações as façam chegar a quem de direito.--

-----Relativamente à questão colocada acerca da ocupação dos tempos livres, diz Joel Fernandes que, não obstante a relevância e importância que reconhece à medida, a Junta de Freguesia não tem meios para garantir a implementação da mesma com todas as garantias de legalidade, de exequibilidade e de aplicabilidade prática que se exigem. -----

-----Usou, de seguida, da palavra a Deputada do PSD, Natália Leite, questionando o Presidente da Junta sobre se já foram colocados os caixotes do lixo no Loteamento das Senras ao que o mesmo respondeu que não. Continuou a sua intervenção Natália Leite, referindo, desta feita, a situação da limpeza da via no mesmo local que afirmou ter sido limpa há muito pouco tempo, questionando sobre se a limpeza da mesma não é da competência da Junta de Freguesia. Responderam a esta questão o Presidente da Junta e o Tesoureiro da mesma para esclarecer que é da responsabilidade da Junta de Freguesia a limpeza da vegetação que nasce em domínio privado mas que pinga para a via pública, bem como da vegetação que cresce na via e domínio públicos, mas não é responsável pela limpeza da vegetação que cresce e permanece em domínio privado, pese embora alguma autonomia que a Junta de Freguesia tem relativamente a esta questão.-----

-----Seguidamente, usou da palavra Susana Peixoto, Deputada do PSD, para questionar Joel Fernandes sobre a situação de uma sarjeta que não absorvia as águas pluviais, afirmando ter enviado um email à Junta a questionar o porquê. Respondeu Joel Fernandes afirmando ter respondido ao referido email informando que a situação,



nesse dia, não era exclusiva da sarjeta em causa mas também de todas as outras em virtude das condições atmosféricas adversas que se verificaram.-----

-----Novamente trazida à colação pela Deputada do PSD, Natália Leite, a questão da colocação dos caixotes do lixo, afirmou Joel Fernandes que os mesmos serão colocados oportunamente. Mais questionou Natália Leite sobre se foram colocados mais alguns pontos de água no cemitério ao que o Presidente da Junta respondeu que não. Esclareceu Natália Leite que a pertinência da pergunta tem que ver com o facto de no final do ano passado ter sido referido que iriam ser colocados mais 2 pontos de água, o que não aconteceu, tendo o Presidente informado que se chegou a pensar fazer um prolongamento para a zona que foi ampliada mas que se desistiu da ideia por se entender que o que já existe é, no momento, suficiente.-----

-----Sem mais intervenções relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, foram as *Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2024, nos termos da alínea a) nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, colocadas a votação tendo sido aprovadas por maioria com a abstenção da Bancada do PSD (4) e os votos a favor da Bancada do PS (5).*-----

-----Entrando no ponto 2.3 da ordem de trabalhos– *apresentação, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano 2024, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro* foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para explicação do documento que, no uso da mesma, referiu que o mapa de pessoal mantém-se inalterado em relação ao ano de 2023. De seguida, foi pelo Presidente da Assembleia de Freguesia dada a palavra aos Deputados para se pronunciarem sobre o documento não tendo nenhum dos Deputados presentes manifestado vontade de usar da palavra, pelo que foi o *Mapa de Pessoal para o ano 2024, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade.* -----

-----Passando, de seguida, ao ponto 2.4 da ordem de trabalhos – apresentação, discussão e votação do novo Projeto de Regulamento e tabelas de taxas, tarifas e Receitas Análogas da Freguesia de Arões São Romão, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para explicação



do documento em análise.-----

-----Usando da palavra, questionou Joel Fernandes os Deputados presentes sobre se queriam colocar alguma questão. Dada a palavra aos Deputados pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, usou da mesma a Deputada do PSD, Natália Leite, para questionar sobre se os valores que constam do documento são os mesmos do anterior Regulamento ou se há alguma alteração nos mesmos ou nas taxas.-----

-----Respondeu o Presidente da Junta, afirmando ter havido algumas alterações já que algumas taxas foram reduzidas por uma questão de uniformização com aquilo que é praticado noutras freguesias vizinhas, dando como exemplo a licença de canídeos e gatídeos na categoria A, que passou de 10,00€ (dez euros) para 7,50€ (sete euros e meio) e na categoria B que era de 8,75€ (oito euros e setenta e cinco) e que também passou para 7,50€ (sete euros e meio). Prosseguiu a sua intervenção dizendo ter sido incluída na página 15 do documento em análise uma nova taxa que estava omissa e que é a taxa relativa à colocação de cinza em sepultura, jazigo, capela ou ossário, com um valor de 20,00€ (vinte euros). Também na página 15, foi acrescentado o ponto 15 – licenças de construção de obras e restauro em espaços concessionados para sepulturas perpétuas por 30 dias ou fração, situação que também se encontrava omissa, nomeadamente a alínea c do ponto em causa (prorrogação do prazo para execução de obra por cada 30 dias ou fração, cujo valor é de 30,00€ (trinta euros).-----

-----Continuou, mencionando outra alteração introduzida ao documento que foi a alteração referente à taxa para obras de restauro e manutenção de jazigo, já que não havia distinção entre esta obra e a realização de obras de construção em capela, separação que agora se efetivou e, também, a introdução do tópico “ Licenciamento de atividades diversas” que tem que ver com a delegação de competências do Município para a Junta de Freguesia e que não existia anteriormente, informando que o valor aí colocado para as diversas atividades é o valor cobrado pelo Município e que a Junta agora replicou.-----

-----Usou novamente da palavra, Natália Leite, desta feita para questionar o Presidente da Junta de Freguesia sobre a taxa referente a utilização de parque desportivo por hora cujo valor é, no caso de pessoa singular, de 5,00€ (cinco euros) sempre se



cobrou ao que Joel Fernandes respondeu que nunca se cobrou explicando que a sua inclusão agora tem por objetivo prevenir eventuais situações de abuso no uso do espaço, havendo também distinção consoante a utilização seja efetuada por associação/instituição com sede na freguesia ou por associação/instituição com sede fora da freguesia. -----

-----Terminada a discussão sobre este ponto da ordem de trabalhos, foi o novo Projeto de Regulamento e tabelas de taxas, tarifas e Receitas Análogas da Freguesia de Arões São Romão colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

-----Passando, seguidamente, ao ponto 2.5 da ordem de trabalhos - proposta de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea d) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e do artigo 1º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, foi dada a palavra ao executivo para explicação do documento. No uso da palavra, referiu Joel Fernandes que este ponto da ordem de trabalhos tem sido um ponto recorrente no início da aprovação do orçamento e que tem quer com a situação dos contratos de serviços com duração superior a 1 (um) ano como, por exemplo, o contrato com a MEO que, explicou o Presidente da Junta, para serem minimamente decentes têm uma fidelização mínima de 2 anos.-----

-----De seguida, foi dada a palavra aos Deputados para se pronunciarem sobre o documento em análise, tendo a Deputado do PSD, Natália Leite, usado da mesma para questionar sobre o facto de neste ponto da convocatória, ao contrário do que sucedeu em anos anteriores, não constar a votação desta proposta mas, apenas, a proposta de autorização da mesma. Respondeu à questão colocada o Presidente da Assembleia de Freguesia, assumindo tratar-se de um lapso e que da convocatória deveria constar a votação da proposta mas, referindo também, que não obstante esta omissão, a proposta será votada sem necessidade de correção em ata, como defendido por Natália Leite, uma vez que será, efetivamente, colocada a votação a proposta em apreço.-----

-----De novo no uso da palavra, afirmou Natália Leite que , então, a Bancada do PSD irá votar contra já que na sua opinião deveria ficar a constar em ata que o ponto em



causa foi mal redigido, que vai ser alterado e que, posteriormente, se procederá à respetiva votação.-----

-----Respondeu à Deputada do PSD o Presidente da Assembleia de Freguesia, afirmando que se trata de uma proposta e que como tal, como proposta que é, tem que ser votada ainda que da convocatória, por lapso, não conste a votação da mesma. Insistiu, novamente, Natália Leite, sobre qual o motivo para a diferença verificada entre a redação deste ponto na atual convocatória em comparação com as anteriores (das quais constava a menção à votação da proposta) ao que o Presidente da Assembleia de Freguesia respondeu, voltando a afirmar ter-se tratado de um lapso, que assume, e que grave seria se o ponto não fosse votado, uma vez que não teria qualquer valor jurídico mas que isto não se vai verificar já que a proposta será votada não vendo, portanto, necessidade de fazer constar da ata a correção do ponto.-----

-----Sem mais intervenções sobre este ponto, foi a proposta de autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais, nos termos previstos na alínea d) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e do artigo 1º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, colocada a votação tendo sido aprovada por maioria com os votos contra da Bancada do PSD (4) e os votos a favor da bancada do PS (5).-----

-----Entrando, de seguida, no ponto 2.6 – Informação sobre os compromissos plurianuais assumidos no período de 01/01/2023 a 30/11/2023, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia de Freguesia em 12/12/2022, nos termos previstos na “ LCPA – Lei dos Compromissos e pagamentos em atraso” , foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para explicação do documento.

-----No uso da palavra, referiu Joel Fernandes que a listagem dos compromissos plurianuais assumidos consta do verso do documento em análise mencionando, de seguida, o contrato com a MEO EMPRESAS que tem uma duração de 24 meses e o contrato com a FRENÉTIKÓDIGO SOFTWARE, LDª, com a duração de 12 meses, explicando que esta empresa é a responsável pela gestão do serviço de ativação dos telemóveis, do software de gestão autárquica das autarquias, bem como do site.-----

-----Terminada a intervenção de Joel Fernandes a este propósito, usou da palavra o



Deputado do PS, Samuel Costa, para observar que o facto de não existir esta proposta para assunção de compromissos plurianuais, como parece ser defendido pela Bancada do PSD, tornaria praticamente impossível o normal e regular funcionamento da Junta de Freguesia, atento os serviços em causa prestados pelas supramencionadas entidades.-----

-----De seguida, tomou a palavra Rui Costa, Deputado do PSD, para esclarecer que a questão que se coloca à Bancada do PSD não é a da não existência de tais compromissos mas, antes, o valor dos mesmos já que implicam a assunção de compromissos até aos 59.000,00 € (cinquenta e nove mil euros),valor com o qual não podem concordar, embora admita, quando questionado por Samuel Costa sobre o porquê de ser esse valor em causa, que se trata do valor estipulado por Lei, com o qual não concorda e que, portanto, têm o direito de recusar.-----

-----Sem mais intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos passou-se, de imediato, ao ponto 3.1 *da ordem de trabalhos – período pós ordem do dia – espaço de intervenção aberto ao público tendo o* Presidente da Assembleia de Freguesia dado a palavra aos cidadãos presentes para se pronunciarem, querendo. Pediram a palavra os cidadãos António Cunha e Artur Oliveira a quem a mesma foi concedida pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, por ordem de inscrição.-----

-----Iniciou a sua intervenção o cidadão António Cunha, questionando o Presidente da Junta de Freguesia sobre quando vão proceder ao arranjo da valeta em frente à sua casa e, também, sobre quando se dará início à obra do saneamento na Rua da Lage, assim como do gás natural.-----

-----De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta para responder a estas questões e, no uso da palavra, referiu que em relação ao gás a situação não é única na freguesia. Em relação ao saneamento, informou Joel Fernandes que muito dificilmente o Sr. António Cunha terá saneamento à porta de casa por questões relacionadas com a topografia da Rua da Lage. Mais disse o Presidente da Junta que este não é caso único na freguesia, não obstante considerar que a Freguesia tem uma boa cobertura de saneamento, bem acima da média do Concelho, estando em terceiro lugar no que a este particular concerne sendo apenas ultrapassada por Fafe, em primeiro lugar, e por



Medelo, em segundo lugar.-----

-----Reforçou a ideia de que muito dificilmente a Rua da Lage terá saneamento pelos motivos anteriormente invocados, que oneram em muito o custo da obra, facto que quem é responsável pela escolha das zonas para instalação do saneamento pretende a todo o custo evitar, optando antes por zonas onde conseguem servir um maior número de pessoas a um custo mais reduzido.-----

-----No que respeita à situação da valeta, disse Joel Fernandes que a mesma não foi reparada devido à chuva que se tem feito sentir e que impediu a execução da mesma.-

-----Por último, foi dada a palavra ao cidadão Artur Oliveira que, no uso da mesma, questionou o Presidente da Junta sobre se as obras na Rua da Estrada já foram concluídas. Respondeu Joel Fernandes que sim, ao que Artur Oliveira respondeu que, a ser assim, foi uma obra mal-executada uma vez que a água não flui para as sarjetas, acumulando-se na estrada e entrando em sua casa, o que impede a pintura dos muros da mesma.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção Joel Fernandes dizendo que, de facto, verificou que a rua precisava de algumas correções, correções que diz terem sido realizadas pelo calceteiro mas que, no entender de Artur Oliveira nada resolveu. Respondeu o Presidente da Junta a esta última intervenção do cidadão Artur Oliveira, afirmando que se for necessário voltar a reparar a obra e levantar as grelhas assim será feito mas que não poderá levantar toda a rua dado os custos inerentes a tal obra.-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi lida a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade, foi encerrada a presente sessão e nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, no âmbito do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de Setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa da Assembleia. -----



O Presidente da Assembleia de Freguesia

(João Manuel Fraga Novais)

A Primeira Secretária

(Helena Gabriela Castro Salgado)

O Segundo Secretário

(José Leandro da Costa Oliveira)